

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

**Despacho n.º 4975/2006 (2.ª série).** — *Delegação de competências na chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA), na chefe de divisão de Gestão Financeira (DGF) e no chefe de divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT).* — 1 — Tendo em consideração o disposto no artigo 42.º da Lei da Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR) e nos termos e para os efeitos dos artigos 35.º, 36.º, n.º 2, e 38.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e ainda a coberto do n.º 3 do despacho n.º 1810/2006 (2.ª série), da Secretária-Geral da Assembleia da República, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, delegeo e subdelego na chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA), Dr.ª Maria José Brandão da Silva Tigeleiro Afonso, na chefe de divisão de Gestão Financeira (DGF), Dr.ª Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay, e no chefe de divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT), Dr. Fernando Paulo da Silva Gonçalves, as seguintes competências:

1.1 — Competências delegadas:

1.1.1 — Justificar e injustificar faltas dos funcionários afectos às respectivas Divisões;

1.1.2 — Autorizar o pessoal afecto às respectivas Divisões a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo.

1.2 — Competências subdelegadas:

1.2.1 — Autorizar os pedidos de acumulação de férias dos funcionários afectos às respectivas Divisões;

1.2.2 — Assinar o expediente corrente no âmbito das matérias que correm pelas respectivas Divisões, excluído o excepcionado na delegação de competências que me foi conferida pela secretária-geral, bem como a correspondência dirigida aos titulares dos cargos de direcção superior ou equiparados da administração central, regional e local e aos titulares dos órgãos que funcionam junto da Assembleia da República ou na sua dependência.

2 — Nos termos do artigo 36.º, n.º 2, do CPA e do n.º 3 do despacho n.º 1810/2006 (2.ª série), melhor identificado no número anterior do presente despacho, subdelego ainda na chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração a competência para proceder à assinatura dos termos de aceitação do pessoal não dirigente do quadro da Assembleia da República.

3 — Os chefes de divisão da DRHA, da DGF e da DAPAT mencionarão sempre, no uso das delegações e subdelegações que aqui lhe são conferidas, a qualidade de delegados ou de subdelegados em que praticam os actos por aquelas abrangidas.

4 — Designo, nos termos e ao abrigo do artigo 42.º, n.º 3, da LOFAR e para os efeitos do artigo 41.º, n.º 3, do CPA, a chefe de divisão de Recursos Humanos e Administração para me substituir nas minhas ausências e impedimentos.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Maria Jordão Macedo*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Direcção-Geral das Autarquias Locais

**Despacho n.º 4976/2006 (2.ª série).** — Por despacho da directora-geral de 10 de Fevereiro de 2006:

Licenciados José Fernando Inácio, director de serviços de Administração Geral, e Maria Sofia de Jesus Martins, directora de serviços Jurídicos — renovadas as respectivas comissões de serviço, com efeitos a partir de 12 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *Domíngos Pereira de Sousa*.

### Instituto do Desporto de Portugal

**Despacho (extracto) n.º 4977/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Fevereiro de 2006 do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

Ana Paula Melo Gonçalves Pedro Vitorino — nomeada, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da

Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, com efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2006.

15 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

### Instituto Português da Juventude

**Despacho (extracto) n.º 4978/2006 (2.ª série).** — Por despacho da presidente da comissão executiva de 9 de Fevereiro de 2006:

Dina Isabel Ceia Martinho Crespo — nomeada definitivamente, precedendo reclassificação, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400, do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude, com efeitos a partir da data do despacho.

10 de Fevereiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

**Despacho (extracto) n.º 4979/2006 (2.ª série).** — Por despacho da presidente da comissão executiva de 9 de Fevereiro de 2006:

Maria José Silva — nomeada definitivamente, precedendo reclassificação, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400, do quadro de pessoal da Delegação Regional de Bragança do Instituto Português da Juventude, com efeitos a 18 de Janeiro.

14 de Fevereiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Despacho conjunto n.º 230/2006.** — Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 86/2001, de 17 de Março, é nomeado director do Gabinete para as relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça, em comissão de serviço, o mestre em direito Miguel José Lopes Romão, possuidor de reconhecida aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

3 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

### Nota curricular

Miguel José Lopes Romão, nascido em Lisboa, em 8 de Maio de 1977.

É doutorando em Direito/Ciências Histórico-Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), com investigação subordinada ao sistema penal e penitenciário português, sendo possuidor de mestrado em Direito/Ciências Histórico-Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), com média final de 17 valores (2004) e licenciado em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), com média final de 15 valores (2000). Como formação adicional, é titular do Diplôme de Langue de Alliance Française de Paris e detentor do curso do Instituto Nacional de Administração de Feitura de Leis.

No âmbito da sua actividade docente e universitária, é assistente (desde 2004) e foi assistente estagiário (entre 2000 e 2004) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assegurando a leccionação das cadeiras de História do Direito, Direito Romano, História do Pensamento Jurídico e História das Relações Internacionais, sendo igualmente docente do curso de pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação da mesma Faculdade. Foi também docente do curso de formação de Solicitadores de Execução (2004), na cadeira de Direitos Fundamentais e Protecção de Dados Pessoais (Câmara dos Solicitadores). É membro do Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Entre outras actividades de âmbito jurídico, foi adjunto do Ministro da Justiça (entre Setembro de 2005 e Fevereiro de 2006) e consultor jurídico do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, entre 2000 e 2004, trabalhando essencialmente nas áreas do direito penal e processual penal, direito internacional público, comunitário e cooperação judiciária internacional, em projectos de avaliação legislativa, na análise de direito comparado e na redacção e revisão de projectos legislativos. Colaborou ainda com o Gabinete